

A ALIMENTAÇÃO E COZINHA NO BRASIL: É POSSÍVEL TRAÇAR LINHAS DE ISOGLOSSAS COM DADOS LEXICAIS?

YIDA, Vanessa (CAPES/UDEL)

Introdução

O colonizador português, ao chegar ao Brasil, adaptou a sua alimentação, então baseada no trigo, para a farinha de mandioca, tipicamente brasileira. A nova colônia apresentava condições variadas de solo, clima e temperatura e, segundo Freyre (2006), pela falta de evidência imediata de riquezas minerais e vegetais, fez com que os primeiros colonizadores portugueses tornassem o Brasil uma colônia de plantação, favorecendo o latifúndio escravocrata, com o cultivo da cana de açúcar.

Para a alimentação, inicialmente, foram sendo cultivadas plantas indígenas e importadas; a farinha de mandioca e o milho constituíam a base de alimentação. Em certos pontos do país, havia cultivo de frutas e verduras regionais para subsistência, às vezes com maior influência indígena, africana ou européia, mais precisamente da culinária portuguesa.

Segundo Câmara Cascudo (1967), as bases da cozinha brasileira vieram principalmente da África Ocidental, da colonização portuguesa no século XVI e do cardápio indígena. A influência africana mais evidente na culinária deu-se pelos escravos bantos e sudaneses, desde a formação da colônia até o séc. XVIII; a culinária indígena permaneceu até a atualidade influenciando a cozinha. Cascudo (1968) afirma, em relação às escravas negras:

A cozinheira negra seria a defensora inicial e poderosa da culinária africana, avançando insensivelmente na divulgação dos seus quitutes agora modificados pelos elementos surpreendentes da flora indígena e o formulário da tradição portuguesa. (CASCUDO, 1968, p. 475).

Outros povos também contribuíram na formação da culinária brasileira, além do negro, indígena e português. Assim, a cozinha estrangeira também contribuiu na difusão de novos termos na língua portuguesa falada no Brasil. Várias correntes imigratórias adentraram e distribuíram-se pelo país, de descendentes de alemães, poloneses, italianos, espanhóis, trazendo seus costumes, linguagem, cultura e culinária que se fundiram aos ingredientes e receitas nacionais. Na região sul, por exemplo, segundo Furlan (1989), entre 1748 e 1880, açorianos, germânicos e italianos imigraram para o litoral catarinense, trazendo seus costumes. A língua, culinária e denominação dos pratos amoldaram-se à fala e quitutes brasileiros, diferenciando-se ao longo do território nacional.

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer uma comparação entre as pesquisas atuais desenvolvidas sob a metodologia da Geolinguística Pluridimensional com as tentativas de delimitação de áreas dialetais brasileiras, de Nascentes (1953), Julio Ribeiro (1891) e Rodolfo Garcia (1913), bem como com estudos de Mota (2006) e Cardoso (2002). Busca-se, deste modo, verificar se existe a possibilidade de traçar zonas de isoglossas com os dados dialetais obtidos por meio da elaboração de cartas pluridimensionais com dados do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB).

1 As tentativas de delimitação de áreas dialetais brasileiras

A língua histórica de um povo constitui-se de modo heterogêneo, pela ação de variáveis lingüísticas e extralingüísticas que atuam na diversificação da fala. Tais variáveis podem contribuir no surgimento de dialetos dentro da língua, que possuem características próprias da comunidade de fala e podem ser atribuídas a determinada região geográfica, grupo social, dentre outros, como identidade lingüística. Os dialetos são delineados por isoglossas, linhas imaginárias que demarcam os diversos meios de expressão, os regionalismos e diferenças étnico-culturais de cada ponto do país. A dialetologia, por meio do estudo cartográfico da geolinguística, visa mapear essa diversidade lingüística e estabelecer pontos em comum ou diferenças entre as variadas formas de linguagem. Quanto à importância do método de estudo da

Geolinguística, Coseriu (1987, p. 79) salienta que se trata de “[...] método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais)”.

Como revela Silva Neto (1957), as cartas, ou os atlas linguísticos, apresentam o material linguístico distribuído topograficamente, “cada carta apresenta um instantâneo dialetal da área explorada: nelas podemos observar, sincronicamente, todas as maneiras de dizer, pronunciar, construir frases, enfim, todos os meios de expressão de que dispõe o grupo humano estudado”. (SILVA NETO, 1957, p. 37).

A importância dos Atlas, no estudo da variação linguística, fica mais evidente pelo fato de permitir a visualização das variantes em sua distribuição diatópica. Como revela Isquerdo (2003, p.166), acerca dos Atlas:

...por representarem verdadeiras fotografias sociolinguísticas, resgatam e registram a distribuição espacial de formas linguísticas que refletem particularidades étnicas, condicionantes histórico-culturais que afetam a linguagem de um grupo social. Assim, documentam, além de fatos linguísticos, valores, hábitos, crenças de um grupo de falantes. (ISQUERDO, 2003, p. 166).

Os Atlas Linguísticos são caracterizados por Brandão (1991) como reflexo da norma dos falantes:

... é o conjunto de mapas em que se registram os traços fonéticos, lexicais e/ou morfossintáticos característicos de uma língua num determinado âmbito geográfico. Em outras palavras, é um repositório de diferentes realizações que constituem as diversas normas que coexistem num sistema linguístico e que configuram seus dialetos e/ou falares. (BRANDÃO, 1991, p. 25).

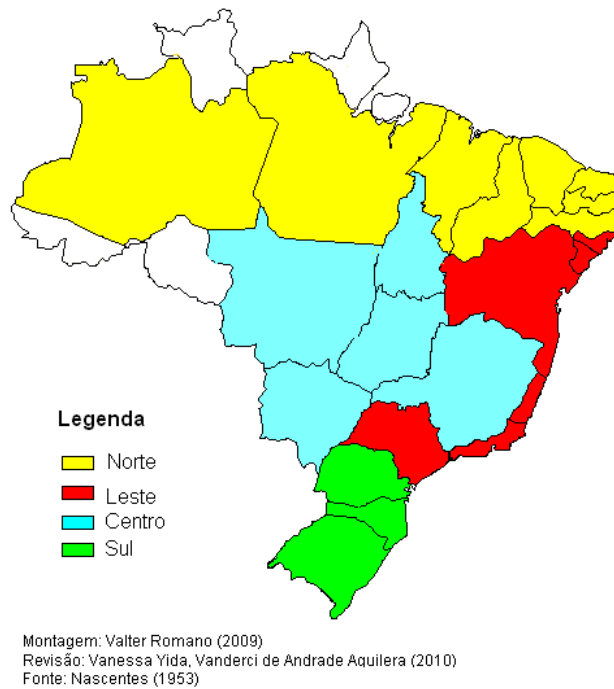
Coseriu (1987), por sua vez, resume a importância do Atlas Linguístico:

Mas o Atlas apresenta vantagens de clareza e evidência imediata dos fenômenos e garantias de unidade técnica, de homogeneidade do material, e de densidade de pontos estudados, que as simples investigações pontuais não podem reunir. E, sobretudo, não apresenta os fatos isoladamente, num único falar, mas no conjunto de falares nos quais se articula um dialeto ou uma língua, oferecendo para cada fenômeno uma visão espacial simultânea que permite importantes induções de ordem histórica, geral e comparativa. (COSERIU, 1987, p. 92-93).

Em 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha concluem que é impraticável a elaboração de um Atlas nacional único e então passam à proposta de elaboração de Atlas regionais. O primeiro Atlas Linguístico publicado no Brasil é o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963), idealizado por Nelson Rossi.

Segundo Mota (2006), o interesse na delimitação de áreas dialetais sempre esteve presente em trabalhos de cunho dialetológico, citando Amadeu Amaral como primeiro dialetólogo, com o ‘Dialeto Caipira’ de 1920. As primeiras tentativas de divisão dialetal brasileira datam de fins do século XIX, dentre elas, encontra-se a de Júlio Ribeiro (1891), criticada por Nascentes (1953, p. 20- 21) que a considera toda imperfeita. Júlio Ribeiro segue o critério geográfico, subdividindo o país em quatro áreas: Norte: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Leste: Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; Centro: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, e Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Romano (2009), a configuração de Júlio Ribeiro (1891) da subdivisão no mapa seria essa:

Fig 1. Proposta de divisão dialetal de Júlio Ribeiro (1891)



Dentre os defeitos citados por Nascentes (1953), encontram-se a junção do Norte e Nordeste e a inclusão de São Paulo como área linguística aliada a Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe e Maceió.

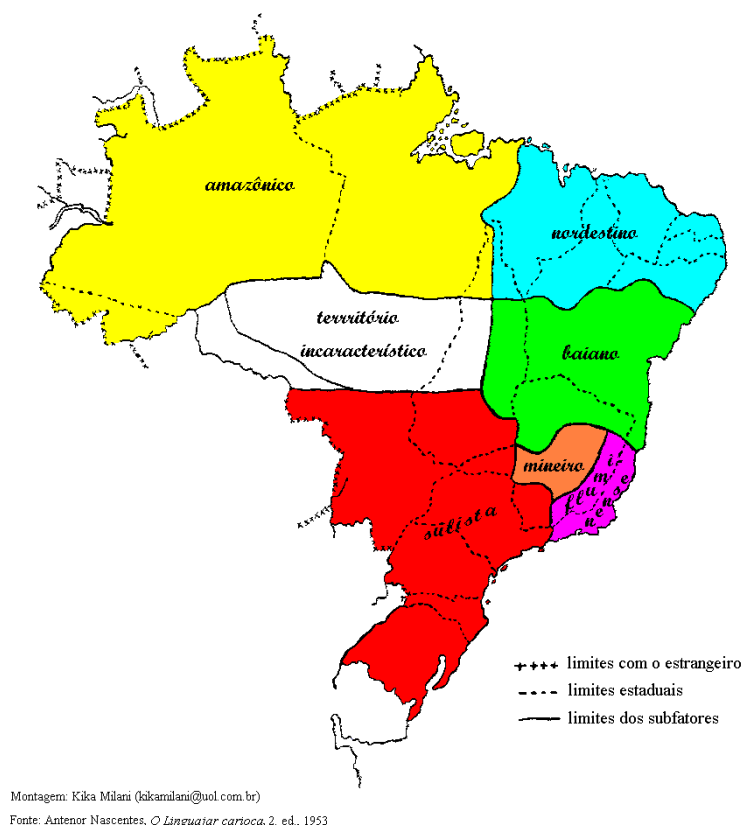
A proposta de divisão dialetal de Rodolfo Garcia (1913), comentada por Nascentes combina o geográfico e histórico, e é mais bem aceita pelo dialetólogo. Segundo Romano (2009), tem-se a seguinte configuração da divisão dialetal:

Fig 2. Proposta de divisão dialetal Rodolfo Garcia (1913)



No *Linguajar Carioca*, Nascentes (1922) corrige a proposta de Garcia, embora só conhecesse pessoalmente alguns pontos. Em 1953 modifica a divisão dialetal com base nas ponderações de Lindolfo Gomes e propõe seis subfalares inseridos nos falares do Norte e Sul: dois do Norte – amazônico e o nordestino; e quatro do Sul: baiano, mineiro, fluminense e sulista, além do território que o autor denomina de incharacterístico, envolvendo parte de Goiás e do atual território de Tocantins, parte do Mato Grosso e de Rondônia.

Fig 3 Proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953)



Em 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha afirmam ser impraticável a elaboração de um Atlas nacional único, surgindo a proposta de elaboração de Atlas regionais.

A Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa cria bases para elaboração do atlas linguístico, gerando uma mentalidade dialetológica e Serafim da Silva Neto publica o *Guia para estudos dialetológicos* (1957). De 1963 a 2008 segue-se a publicação de Atlas regionais (APFB, EALMG, ALPB, ALS, ALPR, ALERS, ALS II, ALMS, alguns concluídos e outros em andamento). Finalmente, em 1996, é criado o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), com sede na Universidade Federal da Bahia, integrado por várias universidades Federais e a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

2 Metodologia

O estudo que se segue é um recorte da pesquisa de mestrado acerca do campo semântico da ‘Alimentação e cozinha’ no Brasil, com o *corpus* baseado em inquéritos realizados pelo Projeto ALiB, em 25 capitais brasileiras. Foram coletados materiais em inquéritos realizados pela equipe do projeto, sendo oito informantes por capital, totalizando 200 falantes¹, distribuídos pelas variáveis: sexo, idade, escolaridade, que, assim, podem revelar variantes diasssexuais, diagenéricas e diastráticas. Foram elaboradas cartas linguísticas com a distribuição diatópica das variantes para as questões 181, que busca variantes para ‘canjica/ mugunzá’ e 185, que visa ao registro de variantes para ‘bala’. A tabulação e cartografiação das variantes foram utilizadas na comparação de possíveis zonas de isoglossas, permitindo traçar um paralelo com a proposta de Nascentes (1953) e estudos de Cardoso e Mota (2006).

Seguindo a metodologia da Geolinguística Pludimensional², após o levantamento e tabelamento das variantes coletadas para as questões, foram elaboradas duas cartas lexicais pluridimensionais que auxiliam na visualização da distribuição diatópica das variantes e a averiguação dos componentes sociais. Para tanto, são utilizados os seguintes símbolos nas cartas:

¹ Devido a problemas técnicos, não foi computada a fala da informante 8 – Idosa de nível superior do Rio de Janeiro.

² Metodologia da Geolinguística que busca a inserção de dados sociais na cartografiação das variantes tais como: i) de gênero/sexo (variação diasssexual); ii) de idade (variação diagenérica), iii) de escolaridade (variação diastrática), além do fator espacial geográfico (variação diatópica).



O primeiro quadrante representa os informantes de nível fundamental de escolaridade e o segundo quadrante, os de nível superior. As linhas superiores, na horizontal, trazem os registros dos jovens e as inferiores, o registro dos idosos. Os quadrados representam os homens e os círculos, as mulheres. Caso haja mais de uma variante citada, esta é colocada logo ao lado da primeira forma falada, fora do quadrante³.

As acepções das variantes obtidas nas respostas foram verificadas nas obras lexicográficas de Morais Silva (1945), Ferreira (2004) e Houaiss (2001), para averiguar a inovação linguística (uso de neologismos) ou mesmo o uso de arcaísmos e regionalismos. A análise e discussão de tais variantes pretendem contribuir com estudos futuros acerca da riqueza do material linguístico brasileiro, transmutando para a posteridade a paisagem da língua e sua natural capacidade de diversificação e mutação ao longo do tempo, do espaço e do estrato social. O falante surge como um artista, esculpindo por meio de sua fala uma parte da obra da língua, revelando toda carga de influência que recebe e exerce em sua comunidade linguística.

3 Análise do *corpus*

3.1 - Análise da questão 181 que busca possíveis variantes para CANJICA/MUGUNZÁ -... aquele alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela?

Ao buscar as variantes para essa questão, o inquiridor procura questionar o modo de preparo do prato, que varia nas regiões brasileiras, com relação ao uso do coco e da canela.

A partir da análise das respostas à questão 181 do Questionário Semântico-lexical foi elaborado o seguinte quadro:

Quadro 1: Análise da questão 181 que busca possíveis variantes para CANJICA/MUGUNZÁ

Regiões	Variantes/ Capitais	<i>Mugunzá</i>	<i>Canjica</i>	<i>Mingau de milho</i>	<i>Chá de burro</i>	<i>Canjicão</i>	<i>Mingau maranhense</i>
N	Macapá	2		7			
N	Boa Vista	8		1			
N	Manaus	8	1	1			
N	Rio Branco	8					
N	Porto Velho	5	4	2			
N	Belém		1	8			
NE	São Luís	3		7			
NE	Teresina	4		2	2		2
NE	Fortaleza	8			2		
NE	Natal	7			2		
NE	João Pessoa	7			1		
NE	Recife	6	1				
NE	Maceió	6			2		
NE	Aracaju	5	1			1	
NE	Salvador	8					
CO	Cuiabá		7				
CO	Campo Grande		8				

^{3 3} Os informantes no Projeto ALiB são identificados por números de 1 a 8, de tal forma que os ímpares identificam o informante masculino e os pares, o feminino. Os informantes com o ensino fundamental recebem a numeração de 1 a 4 e os de nível superior de 5 a 8. Para identificar as faixas etárias atribui-se 1, 2, 5 e 6 para os mais jovens, na faixa de 18 a 30 anos e os de número 3, 4, 7 e 8 são os da faixa II, entre 50 e 65 anos.

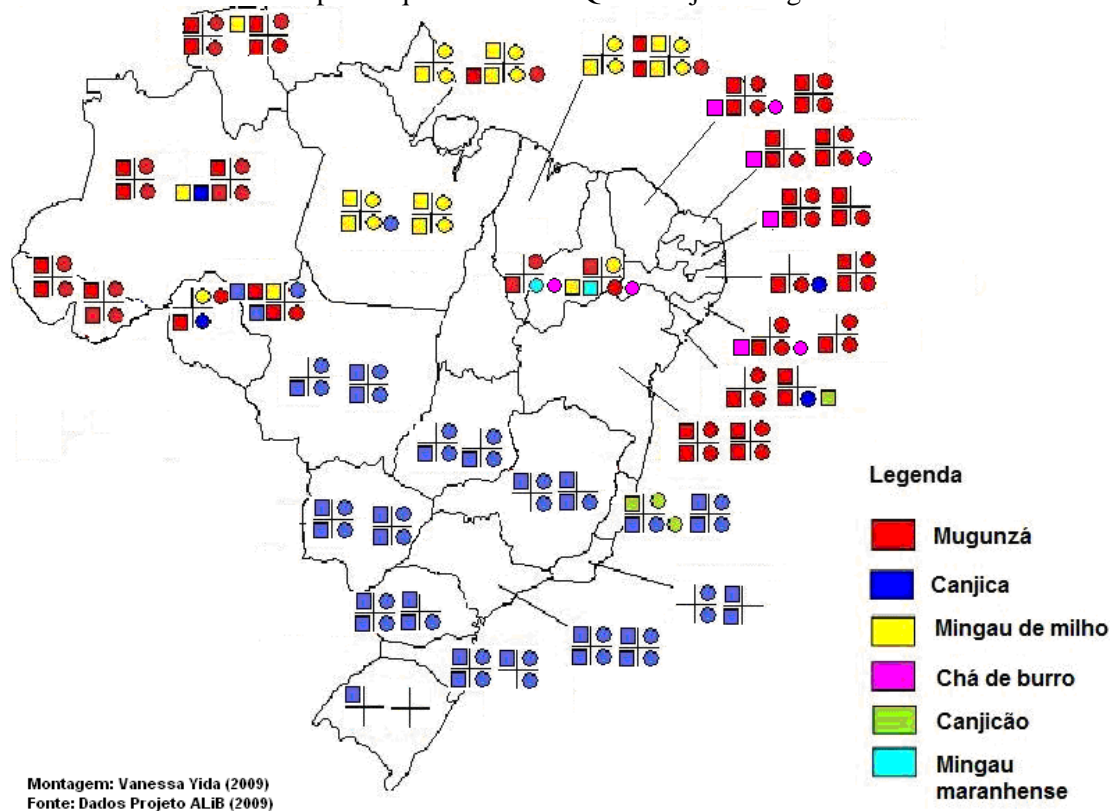
CO	Goiânia		6				
SE	Belo Horizonte		6				
SE	Vitória		6			3	
SE	Rio de Janeiro		4				
SE	São Paulo		8				
S	Curitiba		7				
S	Florianópolis		7				
S	Porto Alegre		1				
	Subtotal	85	68	28	9	4	2

Fonte: Base de dados do projeto ALiB.

Foram relatadas seis variantes totalizando 196 ocorrências. A variante *mugunzá*, com alta frequência na região Norte e Nordeste obteve 85 ocorrências, configurando-se como a mais produtiva; a segunda em produtividade, *canjica*, obteve 68 ocorrências, principalmente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. *Mingau de milho* surge apenas na região Norte e em São Luís e Teresina no Nordeste, com 28 ocorrências; a variante *chá de burro* aparece em algumas capitais do Nordeste, tais como Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa e Maceió, com 9 ocorrências; *canjicão* foi mencionado em Aracaju e Vitória, com 4 e *mingau maranhense*, em Teresina, com 2 ocorrências.

A carta lexical permite verificar a distribuição pluridimensional das variantes, isto é, a distribuição diatópica e diastrática da cada uma delas.

Carta lexical 1: Variantes para a questão 181 do QSL: canjica/ mugunzá



Mugunzá é forma exclusiva em Rio Branco e predominante em Boa Vista e Manaus, com referências isoladas a *canjica* e *mingau-de-milho*, mas pouco frequente em Macapá e São Luís onde a variante *mingau-de-milho* é hegemônica. Em Belém, a forma predominante é *mingau de milho*, sem ocorrência de *mugunzá*. Porto Velho é o local do Norte onde se miscigenam os falares do Norte e do Sul, pelo menos no que se refere a este alimento. Nascentes (1960, p. 131) afirma que “*Canjica* no sul do nosso país é milho branco cozido em água ou leite com açúcar e outros condimentos e no norte é uma papa de milho verde”. (NASCENTES, 1960, p. 131). Tal comentário de Nascentes pode ser evidenciado pela carta,

com a presença de *canjica* na região sul e de *papa de milho verde* (ou *mingau de milho*), no norte do Brasil. *Canjica* é a variante hegemônica nas capitais do Centro-Oeste, Sudeste e Sul, alternando com *canjição* apenas em Vitória.

Quanto à etimologia, ambas as lexias *canjica* e *mugunzá*, segundo o Novo Dicionário Aurélio, procedem de falares africanos. O primeiro vem do quimbundo *kanjika*, e *mugunzá*, segundo o mesmo dicionarista, procede de *mucunzá, do quibundo um' kunza, 'milho cozido'*. Nos estudos de Amadeu Amaral (1920, p. 64) e de Houaiss (2001) já constava ser o termo '*mugunzá*' de origem africana, do quimbundo. Quanto à *canjica* há uma controvérsia apresentada por Amaral: "CANGICA, milho quebrado, para se comer cozido; o mesmo, já preparado. Tem outras acepções, no Brasil. - Dão-lhe alguns procedência indígena; outros o derivam de canja, vocábulo este de origem oriental, com a significação primitiva de "caldo de arroz". (AMARAL, 1982, p. 108)". Houaiss (2001) afirma ser a origem da variante '*canjica*' controversa, podendo ser do português *canja*, do ameríndio *acanjic-* ou quimbundo *Kandjica*. Apesar da não comprovação da etimologia do termo *canjica*, ora apresentado como de base tupi, ora africana, ou do português e até mesmo oriental, é inegável a importância do substrato indígena e do superstrato africano na constituição do léxico brasileiro, da sua cultura e tradição, que compõem o todo linguístico da nação brasileira. Quanto a *mingau-de-milho*, embora não dicionarizado como tal em Ferreira (2004), no verbete *mingau*, consta a referência a *mingau de tapioca* e *papa*². Neste último, na subentrada *papa de milho*, o autor indica tratar-se de brasileirismo de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, remetendo a *canjica*. Para Ferreira (2004), *mingau* procede do tupi. A variante *chá de burro* apresenta-se, segundo Houaiss e Aurélio, como regionalismo nordestino como sinônimo de *mugunzá* ou regionalismo de Goiás e Tocantins para "canjica preparada sem leite" de acordo com Houaiss. As variantes *canjição* e *mingau maranhense* não se encontram dicionarizadas.

Os dicionaristas concordam quanto à etimologia de *mugunzá*, como africanismo, mas não com relação à *canjica*, ora relatada indígena, ora como africana, ora como oriental. O termo *mingau de milho*, não dicionarizado exatamente desta forma, não está caracterizado como regionalismo, ao contrário de *chá de burro*, apresentado como regionalismo nordestino, corroborado na visualização da distribuição das variantes da questão 181. Houve 28 abstenções, principalmente em Porto Alegre, que registrou 7 não-respostas, ao contrário da questão 185 a seguir, que apresentou um índice mínimo de abstenção.

3.2 - Análise da questão 185 que busca possíveis variantes para BALA -... aquilo embrulhado em papel colorido que se chupa?

A questão apresentou um baixo nível de abstenção, dada a familiaridade com o referente. O fato de o inquiridor levar na realia o objeto para mostrar ao informante parece auxiliar no baixo nível de abstenção.

Quadro 2: Análise da questão 185 – BALA -... aquilo embrulhado em papel colorido que se chupa?

Regiões	Variantes/ Capitais	Bala	Bombom	Confeito	Caramelo	Queimado	Pastilha
N	Macapá	3	7				
N	Boa Vista	6	8				
N	Manaus	5	8				
N	Rio Branco	6	8				
N	Porto Velho	6	7				
N	Belém	3	7				
NE	São Luís	7	7				2
NE	Teresina	6	8				
NE	Fortaleza	7	6				
NE	Natal	7	2	6	1		
NE	João Pessoa	6	8	3			
NE	Recife	8	3	8			
NE	Maceió	7		8			
NE	Aracaju	8					
NE	Salvador	7	3			7	

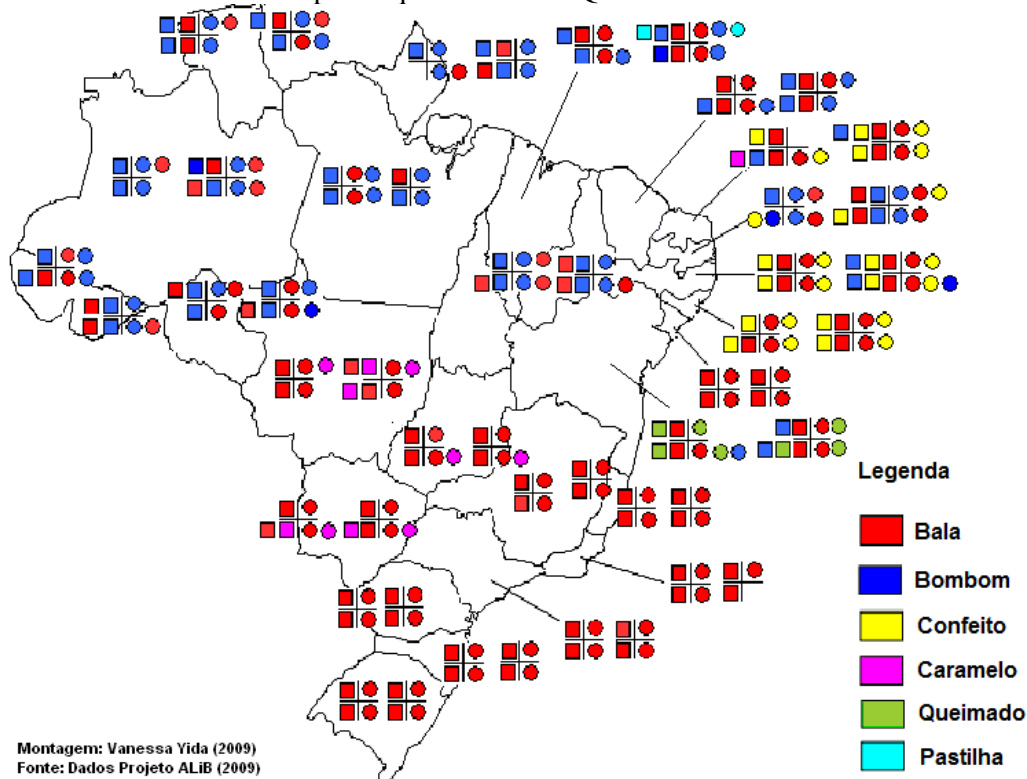
CO	Cuiabá	8			4		
CO	Campo Grande	8			4		
CO	Goiânia	8			2		
SE	Belo Horizonte	8					
SE	Vitória	8					
SE	Rio de Janeiro	7					
SE	São Paulo	8					
S	Curitiba	8					
S	Florianópolis	8					
S	Porto Alegre	8					
	Subtotal	171	82	25	11	7	2

Fonte: Base de dados do projeto ALiB.

A hegemonia de respostas verifica-se com relação à variante *bala*, com 171 ocorrências, no total de 298. A variante *bombom*, com 82 ocorrências, aparece como mais produtiva em todas capitais do Norte e em quase todas do Nordeste, excetuando-se Maceió e Aracaju. *Confeito* foi relatado em algumas capitais do Nordeste tais como Natal e João Pessoa, e como variante mais produtiva em Recife e Maceió, totalizando 25 ocorrências. *Caramelo* aparece nas capitais da região Centro-Oeste e foi relatado por um informante de Natal, com o total de 11 ocorrências; *queimado* obteve 7, registrado somente em Salvador, como forma predominante; e a variante *pastilha* foi relatada por 2 informantes em São Luís, alternando com *bala* e *bombom*.

A carta lexical auxilia na verificação da distribuição espacial das variantes, de acordo com aspectos diastráticos:

Carta lexical 2: Variantes para a questão 185 do QSL: bala



A variante mais frequente – *bala* – é hegemônica nas capitais do Sul e Sudeste. Essa forma é predominante na região Centro-Oeste, onde concorre com *caramelo*. No Norte, a variante regional é *bombom*, mas pouco a pouco *bala* vai se inserindo como forma privilegiada. Ao averiguar a ocorrência das variantes *bala* e *bombom* nessa região, percebe-se a influência do contato de migrantes, da escola e da

televisão, que retratam a cultura da região Sul e Sudeste, sobre a cultura local. Por outro lado, observa-se que Manaus é a capital onde a resistência parece ser maior. Como testemunho, registra-se a fala do informante 8, manauara: - “Esse negócio de *bala*, me dá uma *bala*, isso é gente que foi lá no Rio de Janeiro e ouviu falar e chama aqui, ou então é de lá. Aqui é *bombom*, não tem negócio de *bala*.” Para alguns informantes “*bala* é apenas aquela de revólver”. O idoso de baixa escolaridade de Rio Branco, e a idosa de escolaridade superior de Porto Velho, relataram respectivamente ser “*bala* uma expressão usada pelas crianças” e “*bombom* uma expressão usada antigamente”, entendendo essas formas como variantes diageracionais, suscetíveis às influências da norma do Sul e Sudeste na mudança dos hábitos linguísticos dessa região.

De modo geral, pode-se verificar a formação de uma isoléxica da variante *bala* nas capitais do Sudeste e Sul; *caramelo* e *bala* desenhando uma isoléxica no Centro-Oeste; *bombom* e *bala* no Norte e algumas capitais adjacentes a ele no Nordeste; e a inserção da variante *confeito* nas capitais de centro nordestino, alternando com *bala* e/ou *bombom* em Natal, João Pessoa, Recife e Maceió.

Quanto ao significado das variantes encontradas, a variante *bala* é trazida por Morais Silva (1945) como um brasileirismo, enquanto Ferreira (2004) a traz como do alto-alemão ‘ball’. Os dois lexicógrafos a definem de acordo com a questão feita ao informante. *Caramelo*, por sua vez, é definida como uma espécie de bala, feita com leite. Segundo os informantes, a denominação ‘*caramelo*’ é dada pelas pessoas mais velhas, tanto para os rebuçados de leite quanto para os de fruta. Caracteriza-se dessa forma uma variante diageracional. A variante *bombom* não se encontra dicionarizada sob a acepção em estudo pelos dicionaristas, embora sua presença seja evidente no falar nortista. *Confeito* é trazido na acepção de “bala, rebuçado”, por Aurélio e Houaiss, enquanto Aurélio caracteriza o termo como regionalismo nordestino. *Queimado* apresenta-se como sinônimo de *bala* pelos dois dicionaristas, e como regionalismo da Bahia, fato corroborado pela pesquisa. Por fim, a variante *pastilha* também é trazida pelos dicionaristas como referente à *bala*.

Conclusão

Os resultados deste estudo estão indicando que a proposta de Nascentes de divisão dos falares em Norte e Sul apresenta-se coerente comparada com as cartas de distribuição das variantes lexicais, tais como - *mugunzá/mingau de milho* que surgem no Norte, e *canjica* no Sul (questão 181); e *bombom/confeito* que aparecem no Norte e Nordeste e *bala* no sul (questão 185). Com relação à subdivisão em subfalares realizada por Nascentes, as regiões Sudeste e Sul apresentam-se integradas, sem a diferenciação em subfalar fluminense e mineiro. O território incharacterístico de Nascentes recebe influência Sudeste/Sul e apresenta características próprias, como o caso da questão 185, com relação à variante *caramelo*; a região Norte, na questão 185 corresponde ao subfalar amazônico; o subfalar nordestino na delimitação de Nascentes é aproximado, destoa um pouco de Salvador e Aracaju, classificados como subfalar baiano.

A comparação dos estudos de Júlio Ribeiro (1891), Rodolfo Garcia (1913), Nascentes (1953) e a confecção das cartas lexicais com dados do projeto ALiB levam à conclusão da dificuldade em delimitar áreas dialetais, assim como registra Aguilera (2009): um forma dialetal não possui unidade absoluta em se tratando de distribuição espacial.

Por meio das cartas linguísticas tenta-se demonstrar a distribuição espacial das variantes sincronicamente, e com o auxílio da consulta dos termos levantados nas obras lexicográficas, pode-se constatar a classificação de termos como regionalismos corroborados pela pesquisa geolinguística. Silva Neto (1957) assim observa: “... cada carta apresenta um instantâneo dialetal da área explorada: nelas podemos observar, sincronicamente, todas as maneiras de dizer, pronunciar, construir frases, enfim, todos os meios de expressão de que dispõe o grupo humano estudado” (SILVA NETO, 1957, p. 37).

A diferenciação da linguagem no tempo e no espaço revela que se faz imprescindível a criação de um registro das formas orais, por meio da elaboração de Atlas nacional, como base de estudo e retrato da fala.

Referências bibliográficas

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. ABRALIN, 2009.

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira, gramática – vocabulário*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- CARDOSO, Suzana Alice M. A geolinguística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional? Universidade Federal da Bahia. *Revista do GELNE*, vol. 4, número 2, 2002.
- CARDOSO, Suzana Alice M.; FERREIRA, Carlota. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. 1º vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.
- COSERIU, Eugênio. A Geografia Linguística. In: COSERIU, E. *O homem e sua linguagem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana A. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *Influência açoriana no Português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
- MORAIS SILVA, Antonio de. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10ª ed, revista, corrigida, muito aumentada e actualizada, Ed. Confluência, 1945. Vol. I a V.
- MOTA, Jacyra Andrade. Áreas dialetais brasileiras. In: *Quinhentos anos de história Linguística do Brasil*. CARDOSO, Suzana Alice M.; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (orgs.) Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, [1922], 1953.
- ROMANO, Valter Pereira. Áreas dialetais brasileiras: o que revelam os dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Apresentação oral. *CELLIP*- Cascavel, out/2009.
- SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos Dialectológicos*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.